

Hierarquia no Serviço Civil

ALEXANDRE MORGADO MATOS

DURANTE a década de 1935-45, o Brasil deixou de ser subdesenvolvido para enfileirar-se entre os países mais avançados do mundo, no que tange à modernização, democratização e tecnificação de sua máquina administrativa.

Os países desenvolvidos, habituados a contemplar a corrupção, o primarismo, a indolência, e o empreguismo como ingredientes da imagem latino-americana, passaram a examinar, com surpreendida curiosidade, a Nação que ousava romper as barreiras da mediocridade, instalando padrões de tão alto gabarito ético e técnico.

No Brasil, porém, tal ousadia foi punida de maneira severa, ao fim daquela década. As lideranças políticas e sociais, com a Corte Suprema à frente, lançaram-se com sagrado furor à destruição de tudo quanto havia sido construído. O primeiro ato de vandalismo foi castrar e golpear a instituição responsável pelo progresso e desenvolvimento da Administração Pública brasileira, e de tal modo desfigurá-la que ela permanecesse para sempre prostrada e inerte.

Esse processo de aviltamento seguiu constante e acelerado até que finalmente se instalou no País, como norma, a anarquia onde havia a ordem, a improvisação onde havia a técnica, o empirismo onde havia o método, o empreguismo onde havia a seleção profissional, o favoritismo onde havia a imparcialidade, e o privilégio especial para alguns onde havia a democracia aberta a todos.

Dêsse fato histórico, a lição ensina que as nossas elites intelectuais parecem nutrir-se de desinteresse, de indiferença e de horror mesmo por uma administração forte, séria, ágil, capaz, democrática, justa, imparcial e armada de instrumentos técnicos modernos e adequados à execução das tarefas que lhe competem.

A história ensina também que os homens, as lideranças, os povos e as estruturas evoluem, modificam-se e transformam-se. Uma nação jovem e forte como o Brasil deve extrair desses abalos

e retrocessos inspiração e alento para prosseguir no seu processo de desenvolvimento.

Destruir-se uma bela construção, que era atestado de nossa maturidade, foi um passo atrás, resta-nos agora dar dois passos à frente para recuperar o tempo perdido.

Providência básica para êsse impulso consiste na ordenação do caos que é a nossa administração de pessoal. A meta do atual governo sendo o homem, nada mais natural e lógico que o servidor público seja incluído nas prioridades da arrancada para o desenvolvimento. Para tal mister armou-se o Governo de um organismo inteiramente especializado e concentrado na tarefa de cuidar dos seus servidores civis. Para que a máquina funcione, e funcione bem, além da dedicação e espírito de servir que devem caracterizar o servidor público e do interesse da Administração em seu progresso e bem-estar, é indispensável que o elemento humano que nela trabalha esteja estruturado em bases de profissionalização e hierarquia.

Como organizar essa hierarquia? Os ângulos de perspectiva variam em função dos interesses e preconceitos, das convicções e do *status* mental das pessoas. Para nós, o modelo é óbvio: o pessoal civil da Administração Pública deve estruturar-se e hierarquizar-se em bases semelhantes à do pessoal militar. Pelo menos, buscar nesse modelo a fonte de inspiração para sua reorganização e reestruturação. Ao oficialato militar deve contrapor-se o oficialato civil. A Escola Militar preparatória para a carreira militar deve ter na Escola de Administração Pública o seu alter-ego como instrumento de formação para a carreira civil. Os cursos de Comando e Estado-Maior, Técnicos, e de Especialização, da administração militar, devem ter os seus correspondentes na administração civil. As unidades componentes da administração civil poderiam facilmente reorganizar-se e classificar-se em escalões comparáveis aos escalões militares, para efeito, entre outros, da hierarquia de comando e chefia.

Aceita esta concepção, eliminar-se-ia automaticamente o tumulto e a desordem dos quadros de pessoal civil da Administração Pública, onde, em termos militares, tenentes chefiam generais e comandam batalhões, companhias, regimentos, exércitos e regiões militares. A extrema mobilidade dos quadros do pessoal civil, que caracteriza a nossa administração, apregoada como virtude e justificativa, por sua flexibilidade e liberdade, serve apenas de escudo e desculpa para o desvairado empreguismo, a ausência de padrões éticos e técnicos de comportamento, a desídia e indiferença no cumprimento do dever, conduzindo ao desestímulo, ao conformismo e ao fatalismo.

Com o DASP, o Brasil deixou de ser o País do futuro para formar no presente entre os países desenvolvidos, no que tange à modernização e introdução de padrões técnicos e democráticos na sua máquina governamental. Durante algum tempo permanecemos nessa área de desenvolvimento. Depois retrocedemos com a mutilação do DASP e as medidas de paralisação que o tornaram inoperante. O resultado aí está: caos completo na nossa administração de pessoal.

Urge impor ordem e saneamento. A Igreja, a Diplomacia, o Magistério, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica estruturam-se e escalonam-se em cadeia hierárquica de comando, cujas virtudes e excelência até hoje ninguém pôs em dúvida. Porque o pessoal civil deve permanecer condenado a servir em meio à inautenticidade? Acaso o Prior chefia o Cardeal e comanda o Arcebispado? Acaso o Secretário chefia o Ministro e comanda a Embaixada? Impõe-se a imediata reformulação da organização do pessoal civil, de modo a estruturá-lo em bases hierárquicas definidas, à semelhança do escalonamento militar e diplomático, como medida fundamental e indispensável ao processo de desenvolvimento em que o País está empenhado. De nada adiantariam, e de nada adiantarão, reformas administrativas e planos econômicos, enquanto os responsáveis pela orientação, decisão e execução dessas medidas funcionarem num regime em que os tenentes chefiam generais. E o que é pior, enquanto generais, hoje comandando exércitos, amanhã poderão ser rebaixados a capitães, comandando batalhões.